



ESTADOS UNIDOS

Ataque às minorias

Suprema Corte limita a representação de afro-americanos e de hispânicos no Capitólio, ao anular o mapa eleitoral do estado de Louisiana. Especialista compara decisão a um terremoto político a poucos meses das eleições legislativas

» RODRIGO CRAVEIRO

De maioria conservadora, a Suprema Corte dos Estados Unidos desferiu um golpe de consequências imprevisíveis para as minorias étnicas, ao limitar a representação dessa parcela da população, principalmente os afro-americanos e os hispânicos, no Congresso. A 187 dias das eleições legislativas, que podem redefinir o controle da Câmara dos Representantes e do Senado, ambos de maioria republicana, a máxima instância do Judiciário anulou o mapa eleitoral da Louisiana.

Por seis votos a favor e três contra, a Corte entendeu que a Lei de Direito ao Voto, usada para assegurar a representação eleitoral das minorias, não obrigava a Louisiana a criar outro distrito de maioria afro-americana. Com isso, há uma expectativa de que o Partido Republicano, do presidente Donald Trump, possa redesenhar os distritos eleitorais hoje dominados pelas minorias, especialmente em estados sulistas.

Na sentença redigida em nome da maioria, o juiz conservador Samuel Alito concluiu que o mapa eleitoral da Louisiana é “uma redistribuição inconstitucional”. Segundo a agência de notícias France-Press, a magistrada progressista Elena Kagan externou a preocupação sobre um recuo no “direito fundamental à igualdade racial” nas eleições. A juíza lembrou que “o Congresso tinha outorgado” essa prerrogativa com a Lei de Direito ao Voto, aprovada há 61 anos.

Trump celebrou a decisão da Suprema Corte, em seu perfil na própria plataforma Truth Social. “É uma grande vitória para a Igual de

Proteção Perante a Lei. Ela devolve a Lei de Direito ao Voto à sua intenção original, que era proteger contra a discriminação racial intencional. Obrigado ao brilhante juiz Samuel Alito por redigir essa importante e apropriada opinião. Parabéns!”, escreveu o presidente.

Em comunicado à imprensa, Sophia Lin Lakin — diretora do Projeto de Direito ao Voto da União Americana pelas Liberdades Cívicas (ACLU) — denunciou uma “profunda traição do legado do movimento dos direitos civis”. “A Corte enfraqueceu a principal ferramenta jurídica da qual os eleitores não brancos dependem para contestar mapas eleitorais e sistemas eleitorais discriminatórios”, explicou. “Na prática, isso significa que, mesmo onde a discriminação racial no voto é clara e contínua, as comunidades ficarão sem a arma mais importante que possuem para impedir que os estados criem distritos que diluam seu poder político.”

Por sua vez, a advogada americana Janai Nelson — presidente e diretora-Conselheira do Fundo de Defesa Jurídica — acusou a Suprema Corte de reverter “décadas de progresso rumo a uma democracia multirracial em nome da política partidária”. Ela classificou a decisão como o “ápice da hipocrisia”. “Isso exemplifica a crescente falta de credibilidade da Suprema Corte em questões de direitos civis e justiça racial”, disse. Janai acrescentou que a máxima instância do Judiciário dos EUA minou a legitimidade das instituições que dependem de mapas eleitorais justos para representar o povo americano. “Este é um dia vergonhoso para a Suprema Corte”, concluiu.

Brendan Smialowski/AFP



Da Lua para a Casa Branca

Os quatro astronautas da missão Artemis II — a primeira a sobrevoar a Lua em meio século — foram recebidos, ontem, no Salão Oval da Casa Branca, por Donald Trump. Durante o encontro, o presidente dos Estados Unidos afirmou crer que a Nasa (agência espacial norte-americana) tem “boas possibilidades” de levar o homem à superfície da Lua antes do fim de seu mandato, no começo de 2029. Os EUA têm como meta o pouso no satélite natural da Terra em 2028. Em tom de brincadeira, o republicano perguntou: “É permitido para um presidente participar de uma destas missões?”. “Podemos começar a trabalhar nisso, senhor presidente”, respondeu o chefe interino da Nasa, Jared Isaacman. Os astronautas Victor Glover, Christina Koch, Jeremy Hansen e Reid Wiseman, comandante da Artemis II, estavam trajados com o uniforme de tripulantes da missão, com roupa social por baixo.

Novo critério

“A decisão da Suprema Corte é um terremoto na política americana que reduzirá drasticamente a representação das minorias nos níveis federal, estadual e local”, afirmou ao

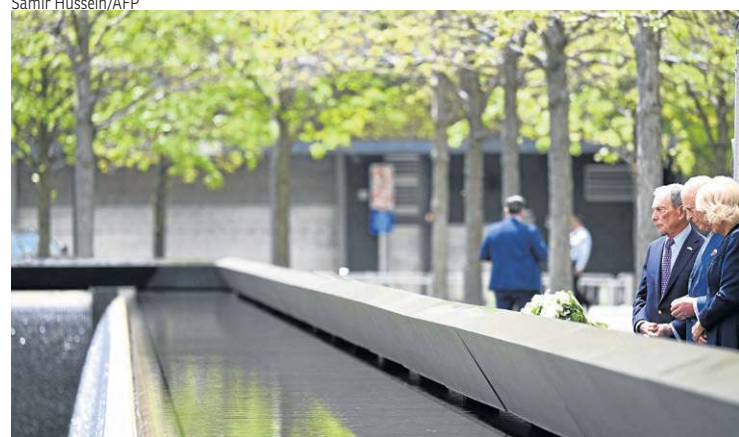
Correio Richard L. Hasen, especialista em direito eleitoral e professor de ciência política da Universidade da Califórnia (Ucla). Ele explicou que, até então, a máxima instância do Judiciário dos Estados Unidos interpretava a Lei dos Direitos ao Voto como

exigindo uma representação justa para eleitores minoritários no Congresso e em outros lugares.

“De acordo com o novo critério da Suprema Corte, será praticamente impossível para os eleitores de minorias conseguirem usar os

tribunais para obter essa representação. A decisão subverte a Constituição dos Estados Unidos, transformando partes destinadas a proteger ex-escravos em uma ferramenta para beneficiar a maioria branca”, advertiu Hasen.

Samir Hussein/AFP



Charles, Camilla e Bloomberg diante do local de uma das torres gêmeas

Charles III rende tributo no memorial de 11/9

No terceiro dia da viagem aos Estados Unidos, o rei Charles III e a rainha Camilla visitaram a Marco Zero, em Nova York, e renderam tributo às vítimas dos atentados de 11 de setembro de 2001. Acompanhado do ex-prefeito Michael Bloomberg, o casal real depositou flores brancas no memorial — dois enormes espelhos d'água rebaixados com cascatas em que a água flui e retorna eternamente. Charles III também

deixou no local um manuscrito, na qual o monarca declara sua “solidariedade inabalável ao povo americano”. Depois, reuniu-se com socorristas, familiares de vítimas e membros de organizações não-governamentais.

Craig Prescott, especialista em direito constitucional do Reino Unido e em monarquia britânica pela Universidade de Londres, explicou ao Correio que o verdadeiro motivo da visita de Charles III é

“simbólico”, por coincidir no 250º aniversário de independência dos EUA em relação à Inglaterra. “Como vimos no discurso do rei ao Congresso, na terça-feira, o verdadeiro propósito da visita é lembrar aos EUA o quão duradoura é a relação entre os dois países. Charles III entende que ela se baseia em uma história comum, mais profunda do que quem estiver na Casa Branca ou no número 10 de Downing Street”, observou.

Prescott avaliou, no entanto, que a viagem de Charles III aos EUA foi controversa, ante a guerra no Irã e declarações de Trump sobre o Reino Unido. “Alguns políticos europeus propõem a ideia de lembrar aos EUA o quão duradoura é a relação entre os dois países. Charles III entende que ela se baseia em uma história comum, mais profunda do que quem estiver na Casa Branca ou no número 10 de Downing Street”, observou. Prescott avaliou, no entanto, que a viagem de Charles III aos EUA foi controversa, ante a guerra no Irã e declarações de Trump sobre o Reino Unido. “Alguns políticos europeus propõem a ideia de lembrar aos EUA o quão duradoura é a relação entre os dois países. Charles III entende que ela se baseia em uma história comum, mais profunda do que quem estiver na Casa Branca ou no número 10 de Downing Street”, observou. Prescott avaliou, no entanto, que a viagem de Charles III aos EUA foi controversa, ante a guerra no Irã e declarações de Trump sobre o Reino Unido. “Alguns políticos europeus propõem a ideia de lembrar aos EUA o quão duradoura é a relação entre os dois países. Charles III entende que ela se baseia em uma história comum, mais profunda do que quem estiver na Casa Branca ou no número 10 de Downing Street”, observou. Prescott avaliou, no entanto, que a viagem de Charles III aos EUA foi controversa, ante a guerra no Irã e declarações de Trump sobre o Reino Unido. “Alguns políticos europeus propõem a ideia de lembrar aos EUA o quão duradoura é a relação entre os dois países. Charles III entende que ela se baseia em uma história comum, mais profunda do que quem estiver na Casa Branca ou no número 10 de Downing Street”, observou.

ORIENTE MÉDIO

Guerra questionada no Congresso

A audiência do secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, perante o Comitê de Forças Armadas da Câmara dos Deputados foi uma projeção dos dois meses de guerra com o Irã. Convocado para justificar o pedido de US\$ 1,5 trilhão para a pasta no orçamento para 2027 — um aumento de 50% sobre o ano anterior —, o secretário definiu a oposição democrata como “nosso maior inimigo”. Os opositores acusaram Hegseth de “mentir para o povo norte-americano” e cometer “um erro estratégico” com implicações internacionais.

“Durante os 60 dias da guerra de Donald Trump com o Irã, municiões críticas foram gastas a um ritmo alarmante, reduzindo os níveis de estoque abaixo do que se considera necessário para manter a China sob controle”, contestou o deputado democrata John Garamendi, que descreveu a guerra como um “atoleiro”. Adam Smith, que lidera a oposição no comitê, enumerou as repercussões regionais e globais do conflito, em especial os custos econômicos e humanos, e

cobrou respostas quanto “ao plano para alcançar nossos objetivos”.

“Nosso principal desafio são as palavras derrotistas dos democratas do Congresso e de alguns republicanos”, respondeu o secretário, cuja pasta foi informalmente rebatizada por Trump como “Departamento de Guerra”. Dirigindo-se a Garamendi, afirmou que classificar a guerra ao Irã como um “atoleiro” significa “entregar uma peça de propaganda aos nossos inimigos”. O deputado democrata acusou o secretário de “mentir ao povo americano sobre essa guerra desde o primeiro dia”, e descreveu a ofensiva contra o Irã como “uma calamidade geopolítica, um erro estratégico que resultou em uma crise econômica mundial”.

Custo

O secretário de Defesa enfrentou duros questionamentos sobre o custo do conflito, que estimou em menos de US\$ 25 bilhões até o momento. O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (ISIS), think tank nos EUA, calculou um custo de US\$ 1,7 bilhão apenas nas

primeiras 100 horas do ataque iniciado em 28 de fevereiro. “Quanto vale garantir que o Irã nunca obtenha uma arma nuclear?”, defendeu-se Hegseth, invocando um dos principais objetivos elencados pela Casa Branca para a guerra.

Vários congressistas, inclusive republicanos (governistas), questionaram a ausência de consulta ao Legislativo para o início da ofensiva, uma vez que a Constituição exige que o Congresso aprove uma declaração formal de guerra. Uma lei posterior à Guerra do Vietnã determina que o presidente pode colocar as Forças Armadas em ação, sem aprovação parlamentar, caso identifique ameaça potencial ao país. Após 60 dias, porém, tem de pedir autorização para seguir com o conflito. O prazo expira amanhã, mas caberia ao Congresso a iniciativa de invocar os próprios poderes.

Neste mês, a minoria democratas na Câmara apresentou seis processos de impeachment contra Hegseth, mesmo sem chances reais de avançar. Eles acusam o secretário de “crimes e delitos graves”, entre eles o de conduzir a guerra contra o Irã sem a aprovação do Congresso.

Atentado a judeus em Londres

A polícia de Londres classificou como “um incidente terrorista” o ataque a dois homens judeus, de 34 e 76 anos, esfaqueados no bairro de Golders Green, que concentra uma parcela importante da comunidade judaica na capital britânica. As vítimas foram levadas a um hospital, com um quadro considerado “estável”, segundo as autoridades. O agressor foi detido, mas não teve a identificação revelada publicamente até a noite de ontem. De acordo com o chefe de polícia, Mark Rowley, ele “tem antecedentes de violência grave e problemas psicológicos”.

“O ataque antisemita em Golders Green é absolutamente ultrajante”, declarou o primeiro-ministro Keir Starmer. “Atacar nossa comunidade judaica é atacar o Reino Unido”, completou.

O rei Charles III, em visita oficial aos Estados Unidos, disse estar “profundamente preocupado”, informou o Palácio de Buckingham. “Seus pensamentos e orações estão com os feridos, e

Justin Tallis/AFP



A polícia londrina cerca a área do ataque: onda de antisemitismo

ele expressa a mais sincera gratidão àqueles que prestaram ajuda de forma tão altruísta”, afirmou um porta-voz do monarca.

“Palavras de condenação não são suficientes”, reagiu o rabino-chefe do Reino Unido, Ephraim Mirvis, que apelou a “cada instituição, comunidade, dirigente e pessoa deste país para que tome medidas concretas”. Na mesma linha, o Ministério de Relações Exteriores de Israel questionou a reação do governo britânico a uma escalada de ataques antisemitas. “Chega de palavras. O Reino Unido

deve atuar de forma decisiva e urgente”, exigiu, em publicação na rede social X.

No fim de março, Londres registrou um ataque de caráter antisemita contra ambulâncias do serviço médico Hatzolah, seguido de outros contra uma sinagoga no bairro de Harrow e contra a sede de uma organização beneficente judaica. Não houve mortes, mas os atentados causaram preocupação na comunidade. A polícia deteve 26 pessoas relacionadas aos incidentes, ocorridos após o início da ofensiva israelense-americana contra o Irã.